

# Existência Enquanto Predicado de Primeira Ordem: Algumas Conseqüências e Objeções

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar a abordagem de primeira ordem do predicado de existência no contexto do argumento do não-ser de Platão e da Teoria dos objetos de Meinong, bem como as críticas mais freqüentes a essas duas teorias. Com isso, pretendo mostrar que a noção de que "existe" é um predicado de objetos, embora intuitiva, e pode conduzir a vários problemas filosóficos. É na tentativa de revelar a verdadeira forma lógica do predicado de existência e de solucionar tais problemas que uma leitura de ordem superior do predicado de existência se legitima.

**Palavras-chave:** Existência; Lógica; Ontologia.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to present the first order approach of the existence predicate in the context of Plato's nonbeing argument and the Meinong's Theory of Objects, as well as to present the most frequents criticisms to two theories. Therefore, I intend to show that the notion that "existing" is a predicate of the objects, which, although intuitive, can lead to the several philosophical problems. It is in the attempt of revealing the true logical form of the existence predicate and to resolve such problems that a superior order approach of the existence predicate legitimates itself.

**Key words:** Existence; Logic; Ontology.

---

\* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC/Capes/Procad: PUC Rio – UFSM – UFC).

## O Problema do Estatuto Lógico do Termo “Existe”

A noção de existência é central para a ontologia tendo em vista que uma teoria ontológica é uma teoria acerca do que existe. Na abertura de *Sobre o que há* (QUINE, 1975, p. 223) Quine afirma que a questão ontológica fundamental é “o que há?”, ou ainda, “o que existe?”. Em linhas gerais, podemos apresentar as diferenças entre duas teorias ontológicas divergentes mostrando quais objetos cada teoria assume como existente. No contexto de teorias formalizadas, isso equivale a oferecer o conjunto das sentenças existenciais verdadeiras dentro de uma dada teoria ontológica ou, pelo menos, um procedimento de obtenção desse mesmo conjunto. Não obstante, isso implica a necessidade de um modelo claro de formalização de sentenças e uma interpretação do estatuto lógico do predicado “existe”. Em outras palavras, a resolução de questões de existência no seio das teorias formalizadas pressupõe um modelo de análise que revele o comportamento lógico de uma predicação de existência. Não por acaso, nos termos da filosofia analítica, o problema ontológico da existência passou a ser abordado fundamentalmente enquanto um problema acerca da forma lógica de enunciados com ocorrência do predicado “existe”.

Podemos distinguir entre dois tipos básicos de predicação: (i) uma predicação é dita de *primeira ordem* quando o predicado é atribuído a um sujeito da sentença e expressa a instanciação de uma propriedade por parte de um objeto. Numa sentença como “Sócrates é sábio”, “ser sábio” é um predicado que expressa uma propriedade atribuída diretamente ao objeto Sócrates e, portanto, um predicado de primeira ordem. No caso, Sócrates cai sob o conceito *sábio*. Em geral, uma predicação de

primeira ordem assume a forma básica  $Fa$  que afirma que o objeto  $a$  instancia a propriedade  $F$  sendo  $F$ , portanto, uma propriedade ou um predicado de primeira ordem. Por outro lado, (ii) uma predicação é dita de *ordem superior* quando o predicado é atribuído a outros predicados. Por exemplo, na sentença “Políticos honestos são raros” o predicado “ser raro” está sendo atribuído, do ponto de vista lógico, ao complexo predicativo “ser político” e “ser honesto”. O predicado “ser raro” expressa sempre uma propriedade de propriedades – não de objetos<sup>1</sup> – e, portanto, uma propriedade de ordem superior. Em última instância, afirmar “Políticos honestos são raros” é afirmar que as propriedades de primeira ordem “ser político” e “ser honesto” têm a propriedade de serem instanciadas conjuntamente em poucos objetos. Em outras palavras, a sentença afirma que poucos objetos caem a uma só vez sob os conceitos *ser político* e *ser honesto*. A questão em torno do estatuto lógico do predicado de existência é saber que tipo de predicação é a predicação de existência: é ela de primeira ordem ou de ordem superior?

É fato que sentenças tais como “Sócrates existe”<sup>2</sup>, “Sherlock Holmes não existe” e “montanhas de ouro não existem” possuem uma estrutura gramatical similar a de sentenças tais como “Sócrates é sábio” e “Sherlock Holmes toca violino”, a saber, são constituídas por predicções simples onde o predicado “existe” é dito verdadeiro ou falso diretamente do sujeito da sentença; logo, um predicado de primeira ordem. Nesse sentido, o termo “existe” opera como uma contraparte da propriedade de existência que, a princípio, objetos podem ou não instanciar. Essa parece ser a interpretação clássica da propriedade de existência defendida por filósofos do primeiro escalão tais como Platão, Anselmo e Descartes<sup>3</sup>. Penso que também seja

<sup>1</sup> A rigor, raridade não é uma propriedade significativa de objetos. Por definição, objetos são únicos. Nenhum objeto é raro.

<sup>2</sup> O predicado “existe” será entendido aqui, sempre no sentido atemporal. Qualquer referência necessária a algum aspecto temporal virá explícito no texto.

<sup>3</sup> A ideia de “existe” é um predicado aplicado diretamente a objetos, é o fundamento de argumentos célebres na tradição filosófica tais como o chamado *argumento ontológico* da existência de Deus proposto inicialmente por Santo Anselmo no *Proslógio*. Segundo o argumento ontológico de Anselmo, dado que pensamos em Deus enquanto “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, então devemos pensá-lo necessariamente como um ser dotado de todos os predicados de perfeição; e isso inclui o predicado da existência. Para Anselmo, existência é uma propriedade de indivíduos e uma propriedade essencial de todo indivíduo perfeito. Outro exemplo clássico onde a noção de existência aparece enquanto um predicado de primeira ordem está presente no argumento apresentado por Descartes tanto na Parte IV do *Discurso do Método* quanto no §4 da segunda Meditação onde ele sustenta que a *res cogitans* constitui a única verdade clara e distinta que sobrevive ao crivo da dúvida metódica. A máxima cartesiana “penso; logo existo” claramente pressupõe que existência constitui uma propriedade legítima do indivíduo: *eu penso; logo eu existo*. Quanto a Platão, mais adiante apresentarei uma abordagem mais detalhada de sua análise do problema da existência.

essa a interpretação intuitiva e corriqueira do uso do termo “existe”. Dada a sentença “cadeiras existem”, a intuição básica do homem cotidiano é que essa é uma afirmação acerca desses objetos que usamos para sentar e não acerca da instanciamento da propriedade “ser cadeira”. Segundos os proponentes de uma leitura de primeira ordem de predicções de existência, sempre que afirmamos numa sentença que algo existe ou não, estamos fazendo uma afirmação sobre particulares. No entanto, como veremos a seguir, essa interpretação de primeira ordem conduziu seus proponentes a algumas conseqüências indesejadas e gerou vários impasses na formalização de questões ontológicas. Com o advento da análise lógica contemporânea ficou cada vez mais patente que estrutura gramatical e estrutura lógica nem sempre coincidem e que existem níveis de predicções. Do ponto de vista lógico, não só existem sentenças do tipo sujeito-predicado como revelava a análise clássica de orientação aristotélica, mas também relações<sup>4</sup> e sentenças puramente predicativas, ou seja, predicções de predicados. Com isso, estavam fundadas as bases teóricas que permitiram uma leitura de ordem superior do predicado de existência.

Penso que uma filosofia feita com bom-senso deve sempre respeitar as intuições básicas que temos acerca da realidade e da linguagem. Se predicções de existência parecem intuitivamente predicções de primeira ordem, ferir essa intuição básica só parece legítimo se com isso obtivermos um ganho filosófico real. Em outras palavras, uma leitura de ordem superior do predicado de existência pode ser justificada caso ela ajude a resolver os impasses que a abordagem intuitiva de primeira ordem gerou. Meu objetivo nas próximas seções do presente artigo não será confrontar as interpretações de primeira ordem e de ordem superior do predicado “existe”, mas antes, mostrar algumas conseqüências indesejadas da interpretação de primeira ordem que os proponentes de uma leitura de ordem superior pretendem eliminar. Com isso, é possível mostrar, do ponto de vista filosófico, que a leitura intuitiva de primeira or-

dem do predicado de existência pode conduzir a impasses que justificam uma reinterpretção da forma lógica de sentenças de existência. Pretendo realizar esse objetivo em dois momentos: no primeiro momento apresento a leitura de primeira ordem do termo “existe” no contexto do argumento do não-ser de Platão e da Teoria dos Objetos de Meinong. No segundo momento, pretendo apresentar as complicações mais frequentes expressas nas críticas às duas teorias em questão.

## Existência Enquanto um Predicado de Primeira Ordem: o Argumento do Não-ser e a Teoria dos Objetos de Meinong

Como vimos anteriormente, afirmar que o termo “existe” expressa um predicado de primeira ordem equivale a afirmar que predicções de existência são predicções acerca de particulares. O problema surge quando queremos negar existência. Uma negação existencial é apenas uma sentença ou uma predicção de existência negada. Portanto, se uma sentença existencial afirmativa é uma predicção de primeira ordem, então o mesmo vale para uma sentença existencial negativa. Ao afirmar “A montanha de ouro não existe” estaríamos fazendo uso de uma sentença bem formada composta por um sujeito (a montanha de ouro) e lhe predicando algo (no caso, a não existência). Usando o aparato formal da lógica de predicados e mantendo o pressuposto clássico de que toda sentença bem formada é analisada em termos da distinção sujeito-predicado, poderíamos legitimamente formalizar a sentença acima da seguinte maneira:  $\neg \mathbf{E}a$ , onde  $a$  é uma constante individual, contraparte lógica do sujeito “a montanha de ouro”, e  $\mathbf{E}$  o predicado de existência. Teríamos, então, uma sentença simples onde “existe” é claramente um predicado de primeira ordem, ou seja, um predicado aplicado diretamente a objetos.

A maioria das objeções à análise lógica clássica se concentra na tese de que ela con-

<sup>4</sup> Em sua lista de silogismos Aristóteles deixou de fora raciocínios envolvendo sentenças na forma de relações com diferentes paridades. O exemplo mais elementar de uma sentença envolvendo relações é uma sentença como “Pedro ama Maria” que pode ser interpretada na forma sujeito-predicado-sujeito ( $aRb$ ). Nesse contexto, *amar* expressa uma relação binária. Para Aristóteles, tal sentença era analisada na forma tradicional sujeito-predicado ( $Fa$ ) onde “F” representa o predicado “amar Maria”.

duz seu proponente ao comprometimento inevitável com a existência das entidades supostamente denotadas pelas expressões contidas nas sentenças. Esse comprometimento inevitável é o núcleo do problema do não-ser. Para uma melhor compreensão, basta lembrar a crítica de Quine ao que ele chama ironicamente de *enigma platônico do não-ser* ou a *barba de Platão* e que chamaremos de agora em diante simplesmente de *argumento do não-ser*. Tal argumento é um exemplo claro dos problemas ontológicos gerados por intermédio de uma análise lógica deficiente. Em linhas gerais, o argumento do não-ser pode ser apresentado da seguinte forma enigmática: “o não-ser deve em algum sentido ser, caso contrário o que seria aquilo que não é?” (QUINE, 1975, p.223).

A intuição básica de quem defende o argumento do não-ser é que, ao fazermos uso de uma sentença como “a montanha de ouro não existe”, de certa forma já pressupomos algum tipo de ser à montanha de ouro. Se a montanha de ouro fosse, em todos os sentidos, um mero nada, a expressão “a montanha de ouro” e, conseqüentemente, toda sentença em que ela ocorre, mesmo sendo ela uma sentença existencial negativa, não teria sentido algum. Se podemos expressar um termo com sentido como “a montanha de ouro” é porque, de alguma forma, esse termo expressa ou refere algo. Do contrário, o termo “a montanha de ouro” não seria sequer inteligível. O argumento de Platão está intimamente associado à sua *teoria das idéias*. Obviamente, para Platão, o ser da montanha de ouro é assegurado através da crença na existência em uma entidade ideal que a corresponde, em outras palavras, uma forma pura não instanciada presente no mundo das idéias. O que a sentença “a montanha de ouro não existe” afirma é a inexistência física da montanha de ouro, embora a significatividade da sentença aponte para uma referência ideal do termo “a montanha de ouro”. O raciocínio estranho por traz do argumento do não ser é que: se uma sentença *P* tem sentido, então todas as expressões que compõem *P* devem denotar algo. Há aqui um salto não justificado do sentido para a denotação. Dessa forma, qualquer termo significativo que subs-

titua “a montanha de ouro” na sentença “a montanha de ouro não existe” deve possuir uma referência mesmo que ideal. Com isso, a ontologia dos proponentes do argumento do não-ser comporta entidades ideais a exemplo de Pégasus, a fonte da juventude, Papai-Noel etc.

A formalização apresentada anteriormente ( $\neg Ea$ ) e introduzida propositalmente é útil tendo em vista que ela torna clara a estrutura do argumento do não-ser.<sup>5</sup> Baseado nessa interpretação, mesmo para negar existência à montanha de ouro, precisamos entender o termo “a montanha de ouro”, do ponto de vista lógico, enquanto um termo singular representado formalmente por uma constante individual que me compromete com a entidade montanha de ouro. Nas palavras do proponente do argumento do não-ser, devemos assumir que a montanha de ouro pertence ao domínio mais geral do ser para podermos negá-la existência de forma consistente e significativa. Vale lembrar que, nesse contexto, “pertencer ao domínio do ser” admite diferentes interpretações dependendo da posição filosófica em questão: se para tratar de entidades que não existem, mas pertencem ao domínio do ser, Platão introduziu a noção de “idéia” ou “forma pura não instanciada”, a metafísica medieval falou de meros *possibilia*, ao passo que Meinong usou o termo “objetos subsistentes” (como veremos a seguir).

Usando uma linguagem matemática, podemos seguramente afirmar que o ponto básico de interseção entre todas essas posições filosóficas que, de uma forma ou de outra, estão filiadas ao argumento do não-ser, reside na tese de que o predicado “existe” tem como domínio apenas um minúsculo subconjunto do domínio geral, absoluto, do ser. Nos termos da lógica de predicados, podemos dizer que o domínio do ser compreende toda entidade que possa ser quantificada na formalização de sentenças da teoria em questão. No caso do argumento do não-ser, entidades que, segundo a análise lógica clássica, figurem como sujeito da sentença. O argumento do não-ser implica uma distinção entre os conceitos de *haver* e *existir*: toda sentença existencial negativa verdadeira mostra que *há* coisas que não *existem*, por exemplo, a montanha de ouro.

<sup>5</sup> Obviamente Platão, ao propor o argumento do não-ser, não tinha em mente a formalização  $\neg Ea$  apresentada neste texto com uma finalidade meramente ilustrativa.

O argumento do não-ser é um ponto de extrema relevância para a compreensão do problema contemporâneo da análise de sentenças de existência, pois é a base de argumentação de ontologias que, invariavelmente, estão comprometidas com entidades ficcionais, a exemplo de Pégasus, montanhas de ouro, e abstratas como, números, conjuntos, funções etc. Dentre tais ontologias a mais comumente citada é a ontologia de objetos de Alexius Meinong.

A teoria dos objetos de Meinong (MEINONG, 2005) é comumente citada como a herdeira contemporânea do argumento do não-ser de Platão, embora com uma releitura de inspiração psicologista e uma metodologia de análise de sentenças muito próxima da que a filosofia analítica posteriormente adotou. Os argumentos de Meinong seguem em geral duas vertentes distintas, a saber, uma psicológica e outra lingüística. Do ponto de vista psicológico, Meinong afirma que todo estado mental possui uma direcionalidade, ou seja, a propriedade de estar "orientada para algo". Em outras palavras, estados mentais possuem sempre uma intencionalidade e isso, segundo Meinong, implica o comprometimento com um objeto. À rigor, para Meinong, um desejo é sempre desejo de algo, uma espera é sempre espera por algo, uma crença é sempre uma crença em algo, e assim por diante. Tudo que for objeto de uma disposição psicológica deve possuir uma posição definida no domínio do ser. Segundo o argumento de Meinong, se Pedrinho acredita que Saci tem uma perna só, então *há* tal objeto afirmado pela crença de Pedrinho, mesmo que este objeto *não exista*. Do contrário, a crença de Pedrinho não teria uma intencionalidade e, portanto, sequer seria um ato mental legítimo. Do ponto de vista lingüístico, Meinong introduziu uma distinção fundamental para compreensão de sua teoria dos objetos, a saber, a distinção entre os conceitos de objetividade (*Objekte*) e objetivo (*Objektiv*). Dada qualquer

sentença sintaticamente correta, há uma entidade que expressa a objetividade dessa sentença e um conteúdo que Meinong chama de objetivo da sentença.<sup>6</sup> Se afirmo "Pégasus não existe", o sujeito "Pégasus" compõe a objetividade da sentença, em outras palavras, o objeto ao qual a sentença se refere. Por outro lado, o conteúdo afirmado na sentença, no caso, "a não existência de Pégasus", constitui seu objetivo. Segundo Meinong, o que é negado na sentença "Pégasus não existe" é que o objeto que oferece objetividade à sentença seja efetivo, ou seja, na sentença em questão, nega a existência espaço-temporal do cavalo alado relatado nos textos mitológicos. Contudo, segundo Meinong, é necessário admitir o ser do objetivo da sentença, ou seja, a proposição ou o conteúdo que ela encerra. Para a sentença em questão isso equivale a dizer que "*há* tal objeto que é um cavalo alado e este objeto *não existe*" e que, portanto, Pégasus pertence ao domínio do ser. Daí segue a distinção afirmada por Meinong entre os conceitos de *haver* e *existir*. "Existência" pertence ao domínio restrito da metafísica<sup>7</sup>, ao passo que, "*há*" pertence ao domínio mais amplo da teoria dos objetos de uma maneira geral. A análise realizada na sentença "Pégasus não existe" pode ser estendida para toda sentença existencial negativa sintaticamente bem formada implicando no comprometimento ontológico com o objeto supostamente denotado pela sentença enquanto um objeto subsistente.

Segundo Meinong, o sentido de qualquer sentença depende do comprometimento ontológico com as expressões denotativas nelas presentes, mesmo que as entidades denotadas simplesmente não existam. Já, do ponto de vista ontológico, a ideia por traz do argumento de Meinong é que um objeto pode ter um conjunto de características independentemente de sua existência, ou seja, para qualquer propriedade  $\varphi$  e qualquer objeto  $\alpha$ ,  $\alpha$  pode ter ou não a propriedade  $\varphi$  mesmo que  $\alpha$  não exista.

<sup>6</sup> Há aqui uma semelhança direta entre o conceito meinongiano de *objetivo* (*objektiv*) e o conceito fregeano de *pensamento* (proposição ou sentido da sentença). Tal semelhança não é uma mera coincidência tendo em vista que tanto Meinong quanto Frege, em algum momento de suas vidas acadêmicas, tiveram contato com autores da tradição psicologista, a exemplo de Husserl. Não obstante, as reações desses dois autores à corrente psicologista foram diametralmente opostas. Se por um lado Meinong incorporou um grau significativo de elementos psicológicos na defesa de sua teoria, por outro, Frege quis a todo custo abolir qualquer nível de psicologismo na formulação de uma ciência rigorosa.

<sup>7</sup> Entenda aqui "Metafísica" nos termos em que Meinong a definiu, a saber, "a apreensão da totalidade do mundo em sua essência e fundamentos últimos". O que, segundo ele, equivale ao estudo de objetos efetivos. Nesse sentido, o predicado "existe" é aplicado invariavelmente a objetos espaço-temporais.

Nisso consiste a *tese da independência do ser* (*Aussersein*) do objeto em relação à sua existência. Tudo aquilo que pertence ao domínio do ser, mas não existe espaço-temporalmente, segundo Meinong, subsiste. Nesse sentido, “subsistência” é uma categoria independente da categoria de “existência”.

As duas abordagens da teoria dos objetos de Meinong – a psicológica e a lingüística – visam sustentar a mesma tese de partição do domínio do ser em existente e subsistente. Em linhas gerais, Meinong pretende sustentar que todo objeto nos é dado de alguma forma, antes mesmo de qualquer atribuição nossa quanto a sua existência.

Meinong propôs também uma distinção entre o que ele chamou de *propriedade nuclear* e *propriedade não nuclear* ou *extranuclear* de objetos. Uma propriedade é dita nuclear se ela entra diretamente na constituição da estrutura do objeto e serve de alguma forma como critério de identificação, ao passo que uma propriedade extranuclear não acrescenta nada à estrutura do objeto que a possui e se refere apenas à posição desse mesmo objeto na ontologia meinongiana.<sup>8</sup> A montanha de ouro possui entre suas propriedades nucleares “ser montanha” e “ser de ouro”, por outro lado, “ser subsistente” ou “pertencer ao domínio do ser” são propriedades extranucleares da famosa montanha indicando assim o status ontológico que ela possui. Com base nessa distinção, Meinong estabeleceu o que ele chamou de *princípio da indiferença* em relação à existência, segundo o qual, nem a existência nem a não existência fazem parte da natureza do objeto.

Vale notar que o princípio da indiferença e a tese da independência do ser possuem uma sutil diferença. O princípio da indiferença sustenta que o que foi definido como a “natureza de um objeto  $\alpha$ ”, que é caracterizado por um conjunto de propriedades nucleares  $\varphi$  que determinam as características básicas de  $\alpha$ , não inclui dentro desse agrupamento de propriedades  $\varphi$ , para qualquer  $\alpha$ , a propriedade de existência (ou não existência). Por outro lado, a tese da independência do ser afirma que,

para qualquer objeto  $\alpha$ ,  $\alpha$  ter ou não uma propriedade  $\omega$  é uma questão independente ou dissociada do fato da existência ou não existência de  $\alpha$ .

Em resumo, a teoria dos objetos de Meinong pode ser sintetizada, *grosso modo*, em um conjunto de princípios gerais como se segue:

- 1) Nosso pensamento<sup>9</sup> não está limitado nem ao que existe nem ao que é possível;
- 2) Todo pensamento que é aparentemente sobre um objeto possui, de fato, a característica de estar direcionado ao objeto ao qual ele se refere e esse objeto pertence ao domínio do ser;
- 3) Há alguns objetos que não existem;
- 4) O fato de um objeto ter ou não uma propriedade independe de sua existência (Princípio da independência do Ser);
- 5) Se nós usamos uma descrição para apresentar um objeto que não existe, então esse objeto possui as propriedades enunciadas pelos predicados presentes na descrição.

## Algumas Consequências e Objeções

Embora as posições filosóficas apresentadas através da teoria dos objetos de Meinong e do argumento do não-ser de Platão possuam variantes contemporâneas amplamente defendidas por filósofos de peso como Terence Parsons (1980), Edward Zalta (1983), dentre outros, ambas as teorias possuem vários elementos problemáticos e duramente atacados por seus críticos. Apresento a seguir alguns pontos polêmicos que penso contemplarem as críticas mais corriqueiras e que os proponentes de uma interpretação de ordem superior do predicado de existência julgam eliminar:

(I) *Ontologia de objetos intencionais* - Tanto o argumento do não-ser quanto a teoria dos objetos de Meinong parecem claramente fundados em dois pressupostos básicos, a saber, (i) na leitura de primeira ordem do conceito de existência e (ii) na distinção entre os

<sup>8</sup> Uma análise mais detalhada da distinção entre *propriedade nuclear* e *extranuclear* é apresentada em (REICHER, 2005).

<sup>9</sup> “Pensamento” aqui possui uma acepção ampla que inclui todo tipo de ato mental tal como imaginar, questionar-se sobre algo (mesmo quando esse algo é impossível, a exemplo de círculos quadrados), julgar, etc.

conceitos de *haver* e de *existir*. Se o argumento do não-ser estiver certo, seu proponente deverá assumir como consequência direta (iii) uma ontologia inflacionada por objetos meramente intencionais. É óbvio que nem todo filósofo está disposto a aceitar uma consequência tão forte que pode representar uma mudança drástica de posição filosófica. Ora, (iii) é claramente incompatível com a postura de filósofos de orientação nominalista e naturalista que tentam reduzir todo o domínio da ontologia ao domínio de objetos físicos. Quem assume (iii) se compromete com um conjunto infinito de objetos que não têm referência física, mas que, segundo o proponente do argumento do não-ser, possui uma realidade ideal. Nesse sentido, qualquer expressão denotativa que não possua referência, ao substituir “a montanha de ouro” na sentença “a montanha de ouro não existe”, tem imediatamente sua suposta referência adicionada ao pacote ontológico de quem defende (iii) via argumento do não-ser ou teoria dos objetos de Meinong. Nesse sentido, o modelo de análise clássico não é ontologicamente neutro. É impossível assumir o modelo de análise do argumento do não-ser sem se comprometer com a ontologia inflacionada defendida por Platão e Meinong.

(II) *Comprometimento ontológico obrigatório* - Outro ponto problemático e distante de uma solução consensual diz respeito ao comprometimento ontológico obrigatório. Da mesma forma que Quine, penso que uma boa análise do discurso ontológico deve admitir o uso de expressões denotativas sem cair num inevitável comprometimento com as entidades supostamente denotadas, como ocorre nas ontologias que estão filiadas ao argumento do não-ser. Caso contrário, haveria um sério problema para o debate entre teorias divergentes em que estivesse em jogo a existência ou não de uma entidade *x*. Segundo Quine, numa tal disputa, quem defendesse a parte negativa, ou seja, a não existência de *x*, sempre levaria uma inevitável desvantagem. Ao afirmar “*x* não existe” o filósofo já estaria comprometido com *x*, seja enquanto um objeto intencional seja enquanto uma forma pura não instanciada, um *possibilia* ou coisa do gênero, o que tornaria inviável qualquer disputa entre teorias ontológicas divergentes. Portanto, estaria o filósofo

inapelavelmente comprometido com a ontologia inflacionada anteriormente citada em (iii).

(III) *O comprometimento ontológico com impossibilia* - Vale lembrar que todo o problema estabelecido em torno do conceito de existência surge, como vimos anteriormente na apresentação do argumento do não ser, da incapacidade de manutenção da coerência de frases existenciais negativas. Como alguns críticos tentam sustentar, a análise lógica clássica aplicada a sentenças existenciais negativas conduziria seu proponente a uma contradição. Ao afirmar “montanhas de ouro não existem”, segundo o argumento do não-ser, de alguma forma já afirmamos o ser delas, do contrário, sequer entenderíamos a sentença em questão; logo, afirmamos que montanhas de ouro são e não são. Para os defensores do argumento do não-ser e de suas variantes contemporâneas, tal contradição é aparente, pois pode ser plenamente superada com a distinção entre os conceitos de *haver* e *existir* que, em última instância, conduz à admissão de um domínio ontológico mais amplo que o domínio estritamente espaço-temporal e que incorpore objetos ideais tais como formas puras não instanciadas ou *possibilia*. A rigor, do ponto de vista conceitual, é a distinção entre os conceitos de *haver* e *existir* que constitui o fundamento teórico onde se sustenta as ontologias categorialmente inflacionadas de Platão e Meinong. No entanto, aqui surge um grande problema: ao tentar se livrar da pressuposta incoerência de frases existenciais negativas defendendo um universo repleto de objetos ideais, tais ontologias inflacionadas ampliam de forma radical seus domínios a ponto de admitir um problema tão grande quanto o que pretendia combater, a saber, a subsistência de entidades impossíveis ou *impossibilia*. O mesmo argumento utilizado anteriormente para sustentar a subsistência de montanhas de ouro e, junto, toda uma série de possíveis não realizados, pode ser igualmente usado para sustentar a subsistência de algo como um círculo quadrado. Tomemos a sentença “o círculo quadrado não existe”. Munidos do argumento utilizado por Meinong e pelos defensores do argumento do não-ser, alguns filósofos diriam que, se o círculo quadrado não existisse não estaríamos falando de nada ao proferirmos estas palavras e, portanto, não faria sentido se-

quer negar a existência da entidade por elas representadas. Para acrescentar mais um argumento, "o círculo quadrado" é uma expressão denotativa sintaticamente correta, obedecendo assim a todos os pré-requisitos da ontologia de objetos de Meinong. Logo, seria forçoso admitir a subsistência do círculo quadrado, ou seja, a subsistência de algo impossível.

De fato, a tese meinongiana de independência do ser (*Aussersein*) implica que:

[...] o ser-tal de um objeto não sofre nenhum interdito pelo não-ser (*Nichtsein*) deste objeto [...] e o domínio de validade desse princípio se manifesta, pelo menos em vista a isso, que decorrem desse princípio não apenas os objetos que não têm existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado é redondo. (MEINONG, 2005, p.100).

Se, por um lado, para solucionar uma possível inconsistência na formulação de sentenças existenciais negativas, Meinong postulou a realidade de um vasto domínio de objetos subsistentes oferecendo critérios, psicológico e sintático, para o comprometimento ontológico com tais objetos, por outro, o uso irrestrito desses mesmos critérios conduziram sua teoria a um polêmico comprometimento com uma indesejável classe de entidades impossíveis. O domínio do ser categorialmente inflacionado descrito pela teoria dos objetos de Meinong comporta não só entidades físicas presentes no nosso cotidiano (mesas, cadeiras, livros etc.), como as polêmicas entidades meramente possíveis (Pégasus, a montanha de ouro, Batman, Homer Simpson) e, o que para muitos é pior ainda, entidades impossíveis (círculos quadrados).

As reações dos neo-meinongianos às objeções apresentadas ao comprometimento com *impossibilia*, em geral, possuem duas direções contrárias: ou se tenta sustentar a legitimidade de objetos impossíveis (estratégia 1) ou se estabelece restrições aos critérios de Meinong de maneira a evitá-los (estratégia 2). Vejamos as duas estratégias:<sup>10</sup>

É comum entre aqueles que defendem a primeira posição tentarem sustentar a legitimidade ontológica de *impossibilia* através da estratégia que consiste em ressaltar uma distinção entre, por um lado, objetos impossíveis descritos na forma  $(Fa \wedge Ga)$  tal que os predicados F e G sejam, de alguma forma, incompatíveis entre si e, por outro, objetos contraditórios descritos na forma  $(Fa \wedge \neg Fa)$ . A idéia básica dessa estratégia é mostrar que ao se comprometer com círculos quadrados estamos nos comprometendo com objetos do primeiro tipo, mas não do segundo. No caso, os predicados *ser circular* (F) e *ser quadrado* (G) são atribuídos a um só objeto e, embora eles sejam materialmente incompatíveis, ou seja, é impossível pelas leis da geometria que as propriedades que eles representam estejam instanciadas simultaneamente nos mesmos objetos, eles não são contraditórios. Algo completamente diferente do comprometimento com um objeto que tenha, por exemplo, as propriedades de ser circular e não ser circular simultaneamente. Essa distinção entre propriedades incompatíveis e contraditórias é ressaltada por alguns neo-meinongianos na tentativa de mostrar que somente o comprometimento ontológico com objetos contraditórios poderia conduzir a teoria a um colapso, ao passo que o comprometimento com objetos impossíveis pode ser visto de forma natural e sem prejuízo dos critérios, sintáticos e psicológicos, estabelecidos por Meinong. O ponto polêmico dessa estratégia é que o domínio de objetos determinado pela ontologia que os meinongianos e seus simpatizantes pretendem defender é derivado e, portanto, subordinado a regras meramente convencionais como é o caso de regras sintáticas. Os proponentes dessa estratégia assumem o comprometimento com entidades polêmicas para salvar um critério permissivo ao extremo. Penso também que em uma análise mais precisa das inferências possíveis envolvendo sentenças com predicados incompatíveis atribuídos a um mesmo sujeito é sempre possível extrair algum tipo de contradição. Por exemplo, no caso do círculo quadrado, penso que uma análise mais detalhada das inferências possíveis envolvendo as sentenças onde esse objeto meinongiano

<sup>10</sup> Essas duas estratégias são brevemente apresentadas em (BRANQUINHO, 2007, p. 260-261) e defendidas em (PARSONS, 1980).



é expresso, é possível derivar, não uma mera incompatibilidade, mas uma clara contradição com os axiomas da geometria euclidiana. Se isto estiver correto, o preço a pagar pela admissão da subsistência de círculos quadrados seria alto demais: a própria correção da teoria. Com isso, talvez seja o caso de rever não só a legitimidade dos objetos impossíveis, mas a dos próprios critérios de Meinong.

A segunda estratégia, como foi dito anteriormente, consiste basicamente em estabelecer restrições aos critérios de Meinong de maneira a evitar o comprometimento com objetos impossíveis. Em geral, tal estratégia é assumida por filósofos de orientação neo-meinongiana que, embora defendam a consistência e legitimidade de uma ontologia de *possibilia*, não possuem a mesma simpatia para com o comprometimento inevitável com objetos impossíveis. *Grosso modo*, eles defendem que um critério ontológico fundado numa sintaxe que permita uma descrição do real composta não só de possibilidades, mas também de impossibilidades não parece obedecer à noção intuitiva que temos do conceito de ser. Portanto, um objeto impossível ou contraditório, a rigor, sequer é um objeto. Com isso, eles pretendem restringir o critério sintático de Meinong defendendo que expressões denotativas que tentem descrever objetos contraditórios ou dotados de propriedades incompatíveis não possuem referência nem existente, nem subsistente.

(IV) *Propriedades de objetos ficcionais*  
- Outro ponto de extrema relevância para ontologia de uma maneira geral e que carece esclarecimentos na teoria dos objetos de Meinong diz respeito à relação que as propriedades têm com os objetos, em especial os subsistentes (*possibilia*) e os não subsistentes (*impossibilia*). Como vimos anteriormente, Meinong sustenta que objetos subsistentes possuem propriedades. Isso é derivado como uma espécie de corolário do princípio da independência do ser: se um objeto pode ou não ter uma propriedade independentemente de sua existência e se, como afirma Meinong, há objetos subsistentes, então tais objetos possuem propriedades. De acordo com a teoria de Meinong, a monta-

nha de ouro é dourada, Pégasus possui asas e Sherlock Holmes toca violino, embora nenhum desses objetos exista. Contudo, não parece algo claro na ontologia meinongiana como objetos meramente possíveis podem instanciar propriedades características de objetos físicos. Obviamente, todo objeto ficcional, ou seja, um objeto possível que, caso existisse, seria um objeto físico, é descrito através de propriedades típicas de objetos físicos. O Sherlock Holmes descrito por Conan Doyle toca violino, mora na Baker Street 221B e provavelmente possui mais de um metro de altura. Logo, de acordo com as teses de Meinong, há tal objeto meramente possível referido pelo termo "Sherlock Holmes" e tal objeto, dentre outras coisas, possui ou instância a propriedade "ter mais que um metro de altura". Parece pouco claro como um *possibilia*, enquanto uma mera possibilidade lógica, pode ter a propriedade de ter mais de um metro de altura, afinal, objetos não físicos não possuem altura da mesma forma que objetos físicos possuem. Para acrescentar mais uma objeção, é algo ainda mais polêmico sustentar acerca dos *impossibilia* de Meinong que eles instanciam propriedades incompatíveis. Segundo a teoria meinongiana o círculo quadrado possui as propriedades "ser circular" e "ser quadrado". Não satisfeitos com essa consequência da teoria de Meinong, alguns neo-meinongianos como Zalta. (ZALTA, 1988) defendem, como uma possível saída, a distinção entre *instanciar* e *codificar* uma propriedade.<sup>11</sup> Segundo eles, objetos existentes instanciam propriedades, ao passo que objetos subsistentes ficcionais apenas codificam propriedades. Pela sua própria natureza não física, ficções são descritas através de compostos ou agrupamento de predicados. Todo predicado que pertença a esse agrupamento expressa uma propriedade  $\varphi$  codificada pelo objeto possível descrito através desse mesmo agrupamento.

## Considerações Finais

Ao apresentar o tratamento de primeira ordem do conceito de existência oferecido pelo argumento do não-ser e mais tarde reforçado pela teoria dos objetos de Meinong, tentei

<sup>11</sup> Para uma crítica à solução de Zalta dos problemas envolvendo predicção de objetos intencionais e uma análise das noções de instanciar e codificar uma propriedade (GREIMANN, 2003).

mostrar que a ideia de que “existe” constitui um predicado de primeira ordem, embora intuitiva, conduz seus proponentes a inúmeros problemas filosóficos, a exemplo do comprometimento ontológico com *impossibilia*. Tentei mostrar também que a abordagem de primeira ordem, pelo menos nas versões defendidas por Platão e Meinong, está fundada na análise lógica clássica e no pressuposto equivocado de que forma gramatical e forma lógica coincidem e são sempre expressas na distinção sujeito-predicado. Penso que o primeiro passo na direção da superação dos impasses gerados por essa abordagem pode ser dado a partir de uma revisão do modelo de análise de sentenças que ela propõe. É nesse contexto que surgem propostas alternativas de análise de sentenças de existência tais como a análise do termo “existe” como uma predicacão de ordem superior.

## Referências Bibliográficas

BRANQUINHO, João. O problema das predicacões singulares de inexistências. In: *Metafísica contemporânea*. IMAGUIRE, Guido. et. al. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 247-268.

FREGÉ, Gottlob. “Sobre o sentido e a referência”. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução e organização de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito e o objeto. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução e organização de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978b.

\_\_\_\_\_. Função e conceito. In: \_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. e Org. de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978c.

GREIMANN, Dirk. Is Zalta’s Individuation of Intensional Entities Circular? *Metaphysica* (Dattelbach), Frankfurt/London, v. 4, n. 2, 2003, p. 93-101.

QUINE, W. v. O. *Sobre o que há*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 223-235. (Col. Os Pensadores).

REICHER, Maria E. Russell, Meinong, and the problem of existent non-existents. In: IMAGUIRE, G. & LINSKY, B. (Org.). *On Denoting 1905-2005*. München: Philosophia Verlag, 2005, p. 167-193.

McGUINN, Colin. *Logical properties: identity, existence, predication, necessity, truth*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MEINONG, Alexius. “Sobre a Teoria dos Objetos”. Tradução de Celso Reni Braidá. In: BRAIDA, C. R. *Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Florianópolis: Rocca Brayde edições, 2005, p. 93-145. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~braida/aberturas.pdf> Último acesso: 13 out. 2009.

PARSONS, Terence. *Non-existent objects*. New Haven: Yale University Press, 1980.

PEARS, David. Is existence a predicate? In: STRAWSON, P. F. (Org.). *Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press, 1967.

RUSSELL, Bertand. *Da denotação*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 3-14. (Col. Os Pensadores).

INWAGEN, Peter. *Ontology, identity and modality: essays in metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Existence, ontological commitment, and fictional entities. In: LOUX, Michael & ZIMMERMAN, Dean W. *The Oxford Handbook of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 131-157.

ZALTA, Edward. *Abstract objects: an introduction to axiomatic metaphysics*. Dordrecht: Reidel, 1983.

\_\_\_\_\_. *Intensional logic and the metaphysics of intentionality*. Cambridge, Mass. The MIT Press, 1988.